



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL - Licitação

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 210831TP00006

LICITAÇÃO Nº. 00006/2021

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO

Órgão Realizador do Certame:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA

RUA PREF. BENEDITO MARINHO, 293 - CENTRO - NOVA FLORESTA - PB.

CEP: 58178-000 - E-mail: cplicitacao994@gmail.com/www.novafloresta.pb.gov.br/ - Tel.: (083) 33741001.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 08.739.625/0001-81, doravante **denominado simplesmente ORC**, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, doravante denominada simplesmente Comissão, as **09:00 horas do dia 22 de Setembro de 2021** no endereço acima indicado, licitação na modalidade Tomada de Preços nº. 00006/2021, tipo menor preço, e sob o regime de empreitada por preço global; tudo de acordo com este instrumento e em observância a ; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta para: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA REDE DE DRENAGEM URBANA NAS RUAS :GOVERNADOR PEDRO GONDIM, JOSÉ GARCIA, OLHO D'AGUA; E PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS DA RUA OLHO D'AGUA. CONFORME O PROJETO COMPLETO E PANILHA ORCAMENTÁRIA.

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente licitação: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA REDE DE DRENAGEM URBANA NAS RUAS :GOVERNADOR PEDRO GONDIM, JOSÉ GARCIA, OLHO D'AGUA; E PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS DA RUA OLHO D'AGUA. CONFORME O PROJETO COMPLETO E PANILHA ORCAMENTÁRIA.

1.2.As especificações do objeto ora licitado, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste Instrumento.

1.3.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica - CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA REDE DE DRENAGEM URBANA NAS RUAS :GOVERNADOR PEDRO GONDIM, JOSÉ GARCIA, OLHO D'AGUA; E PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS DA RUA OLHO D'AGUA. CONFORME O PROJETO COMPLETO E PANILHA ORCAMENTÁRIA -, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.4.Salienta-se que na referida contratação, não será concedido o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos das disposições contidas no Art. 47, da Lei Complementar nº 123/2006, por não enquadrar-se nas hipóteses dos incisos I e III, do Art. 48, como também, não ser oportuno aplicar a exigência facultada no inciso II, do mesmo artigo, visto estarem presentes, isolada ou simultaneamente, as situações previstas no inciso III, do Art. 49, todos do referido diploma legal. Fica, no entanto, assegurado a ME e EPP o tratamento diferenciado e simplificado previsto nos demais Artigos do Capítulo V, Seção I, da Lei nº. 123/06.

2.0.DO LOCAL E DATA E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

2.1.Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação e a proposta de preços para execução do objeto desta licitação, deverão ser entregues à Comissão até as 09:00 horas do dia 22 de Setembro de 2021, no endereço constante do preâmbulo deste instrumento. Neste mesmo local, data e horário será realizada a sessão pública para abertura dos referidos envelopes.

2.2.Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 07:30h as 11:30h das 13:30 as 16:30 horas. E-mail: cplicitacao994@gmail.com/www.novafloresta.pb.gov.br/.

2.3.Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o ato convocatório deste certame por irregularidade na aplicação da Lei 8.666/93 e legislação pertinente, devendo protocolar o pedido, por escrito e dirigida a Comissão, até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.

2.4.Caberá à Comissão, auxiliada pelos setores responsáveis pela elaboração deste ato convocatório e seus anexos, julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis, considerados da data em que foi devidamente recebido o pedido.

2.5. Decairá do direito de impugnar os termos do ato convocatório deste certame perante a administração o licitante que não o fizer, por escrito e dirigida a Comissão, até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, as falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

2.6. A respectiva impugnação poderá ser apresentada da seguinte forma:

2.6.1. Pelo e-mail: cplicitacao994@gmail.com/www.novafloresta.pb.gov.br/;

2.6.2. Protocolizando o original, nos horários de expediente acima indicados, exclusivamente no seguinte endereço: Rua Prefeito Benedito Marinho, 293 - Sede da Prefeitura - Centro - Nova Floresta - PB; e

2.6.3. Remetida via postal - com Aviso de Recebimento AR - ao endereço constante do preâmbulo deste Edital, aos cuidados da Presidenta da Comissão - Rosení Maia Dias Silva. Não sendo rigorosamente observadas as exigências deste subitem, a impugnação não será conhecida.

3.0. DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1. Aos participantes, serão fornecidos os seguintes elementos:

3.1.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES;

3.1.2. ANEXO II - MODELOS DE DECLARAÇÕES;

3.1.3. ANEXO III - MODELO DO TERMO DE RENÚNCIA;

3.1.4. ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO;

3.1.5. ANEXO V - MODELO DE PLANILHA EXEMPLIFICATIVA DE COMPOSIÇÃO DO BDI

3.1.6. ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUADRO TÉCNICO

3.1.7. ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

3.1.8. ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUADRO TÉCNICO

3.1.9. ANEXO IX - MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉ.

3.2. A obtenção do Edital poderá ser feita da seguinte forma:

3.2.1. Junto a Comissão: gratuitamente;

3.2.2. Pelos sites: www.novafloresta.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; e

3.2.3. Solicitado e enviado pelo e-mail: cplicitacao994@gmail.com/www.novafloresta.pb.gov.br/.

4.0. DO SUPORTE LEGAL

4.1. Esta licitação reger-se-á pela ; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

5.0. DO PRAZO E DOTAÇÃO

5.1.0 prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nos casos previstos pela Lei 8.666/93, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão da Ordem de Serviço:

Início: 3 (três) dias;

Conclusão: 5 (cinco) meses.

5.2.0 prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: 5 (cinco) meses, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado nos termos do Art. 57, da Lei 8.666/93.

5.3. As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação:

Recursos Próprios do Município de Nova Floresta: FPM, TRIBUTOS, FUNDO ESPECIAL, ICMS, EMENDAS - 4.4.90.51 - 01

6.0. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste certame, os licitantes devidamente cadastrados no Núcleo de Cadastro de Fornecedores da Secretária de Administração, sediado nesta cidade; ou que atenderem a todas as condições para cadastramento até o terceiro dia anterior à data prevista para o recebimento das propostas, cuja regularidade será observada, em qualquer das hipóteses, exclusivamente mediante apresentação do Registro de Fornecedores, ou equivalente na forma da lei, emitido pelo referido órgão, em plena validade:

6.1.1. Ao requerer inscrição no referido cadastro, ou atualização deste, a qualquer tempo, o interessado fornecerá os elementos necessários à satisfação das exigências dos Incisos I e IV, do Art. 27, da Lei 8.666/93.

6.2. Os proponentes deverão entregar a Comissão, no prazo determinado, dois envelopes fechados indicando, respectivamente, DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS, devidamente identificados nos termos definidos neste instrumento convocatório.

6.3. A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

6.4. Não poderão participar os interessados que se encontrem sob o regime falimentar, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou que estejam cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com o ORC.

6.5. Os licitantes que desejarem enviar seus envelopes Documentação e Proposta de Preços via postal - com Aviso de Recebimento AR -, deverão remetê-los em tempo hábil ao endereço constante do preâmbulo deste instrumento, aos cuidados da Presidenta da Comissão - Rosení Maia Dias Silva. Não sendo rigorosamente observadas as exigências deste item, os respectivos envelopes não serão aceitos e o licitante, portanto, desconsiderado para efeito de participação no certame.

6.6. Quando observada a ocorrência da entrega apenas dos envelopes junto a Comissão, sem a permanência de representante credenciado na respectiva sessão pública, é facultado ao licitante, não sendo condição para sua habilitação, a inclusão no envelope Documentação, da declaração expressa de renunciar ao direito de interpor recurso e ao prazo correspondente relativo à Fase de Habilitação, concordando com o prosseguimento do certame, previsto no Art. 43, III, da Lei 8.666/93, conforme modelo - Anexo III.

6.7.É vedada à participação em consórcio.

6.8.CONDIÇÕES ESPECÍFICAS: O licitante deverá atender aos requisitos abaixo e os respectivos comprovantes, obrigatoriamente, integrarão os elementos do envelope DOCUMENTAÇÃO:

6.8.1.Comprovação de visita ao local da obra ou serviços, a ser realizada pelo responsável técnico da empresa até o último dia útil que anteceder a licitação, e que será atestada por: Sec. Municipal de Serv. Urbano e Infra-estrutura -engenheiro - Rua José Batista, S/N - Centro - Tel: (83) 3374-1001 - das 07:30h às 11:30h das 13:30h às 16:30h.

6.8.1.1.No caso do licitante desejar efetuar a visita com o acompanhamento de um responsável do ORC, deverá comunicar previamente a Comissão com a devida antecedência, observado o prazo máximo de realização da referida visita, necessária para que seja feito o agendamento junto ao setor competente do órgão.

6.8.2.Comprovação de capacidade técnico-profissional, feita através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado **em nome do Responsável Técnico** designado pelo licitante, devidamente registrado junto a entidade profissional competente, demonstrando a execução de serviços com características semelhantes à parcela mais relevante do objeto da presente licitação, abaixo discriminada. O referido atestado só será aceito se acompanhado da correspondente Certidão de Acervo Técnico - CAT emitida pelo conselho regional de fiscalização profissional competente e da comprovação de que o referido Responsável Técnico designado pertence ao quadro da empresa ou dele fará parte caso seja vencedora do presente certame. Tal comprovação poderá ser feita através da apresentação de qualquer um dos seguintes documentos, a critério do licitante: a) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS assinada ou da ficha de Registro do Empregado; b) instrumento de contrato de prestação de serviços regido pela legislação civil comum, devidamente registrado no registro público, nos termos do Art. 221, da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; c) ART Cargo-Função ou equivalente, emitido pelo conselho regional de fiscalização profissional competente; d) contrato social, alteração contratual ou equivalente na forma da lei, quando o responsável técnico for sócio da empresa; e) declaração formal assinada pelo responsável técnico designado pelo licitante, detentor do correspondente acervo, contendo obrigatoriamente a identificação da empresa e do signatário, local e data, e basicamente com os seguintes termos: ► "DECLARO sob as penalidades da lei, que autorizei a apresentação do meu acervo para comprovação da capacidade técnico-profissional exigida na Tomada de Preços nº. 00006/2021 e que integrarei o quadro técnico da empresa, ou lhe prestarei serviços para obra específica, caso seja vencedora do referido certame, realizado pela Prefeitura Municipal de Nova Floresta - PB" ◄. **Deverá ser reconhecida a firma em cartório do respectivo signatário ou lavrada a sua autenticidade no próprio documento por membro da Comissão, após confrontar a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário ou, ainda, estando este presente e assinando o documento diante de membro da Comissão.** Serão admitidos os atestados referentes à execução de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior a: CAT - CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO .

6.8.2.1.Os licitantes que venham a apresentar o mesmo Responsável Técnico para comprovação da capacidade técnico-profissional serão automaticamente inabilitados.

7.0.DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

7.1.O licitante deverá se apresentar, para credenciamento junto a Comissão, quando for o caso, através de um representante, com os documentos que o credenciam a participar deste procedimento licitatório. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do certame na forma prevista neste instrumento, podendo ser substituído posteriormente por outro devidamente credenciado.

7.2.Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

7.2.1.Tratando-se do representante legal: o instrumento constitutivo da empresa na forma da Lei, quando for o caso, devidamente registrado no órgão competente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

7.2.2.Tratando-se de procurador: a procuração por instrumento público ou particular da qual constem os necessários poderes para firmar declarações, desistir ou apresentar as razões de recurso e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame; acompanhada do correspondente instrumento de constituição da empresa, quando for o caso, que comprove os poderes do mandante para a outorga. Na hipótese de procuração seja particular **deverá ser reconhecida a firma em cartório do respectivo signatário ou lavrada a sua autenticidade no próprio documento por membro da Comissão, após confrontar a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário ou, ainda, estando este presente e assinando o documento diante de membro da Comissão.**

7.2.3.O representante legal e o procurador deverão identificar-se apresentando documento oficial que contenha foto.

7.3.Estes documentos deverão ser entregues a Comissão - antes do início da sessão pública - em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou membro da Comissão.

7.4.A não apresentação ou ainda a incorreção insanável de qualquer dos documentos de credenciamento impedirá a participação ativa do representante do licitante no presente certame. Esta ocorrência não inabilitará sumariamente o concorrente, apenas perderá o direito a manifestar-se nas correspondentes fases do processo licitatório. Para tanto, a Comissão receberá regularmente do referido concorrente seus envelopes, declarações e outros elementos necessários à participação no certame, desde que apresentados na forma definida neste instrumento.

7.5.No momento de abertura da sessão pública, cada licitante, por intermédio do seu representante devidamente credenciado apresentará, em separado de qualquer dos envelopes, a seguinte documentação:

7.5.1.Declaração de Elaboração Independente de Proposta - Anexo II.

7.6.Quando os envelopes Documentação e Proposta de Preços forem enviados via postal, a declaração indicada no item 7.5.1 deverá ser apresentada dentro do envelope Documentação.

8.0.DA HABILITAÇÃO

8.1.Os documentos necessários à habilitação dos licitantes, deverão ser apresentados em 01 (uma) via, dentro de envelope lacrado, contendo as seguintes indicações no anverso:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA
DOCUMENTAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N°. 00006/2021
NOME PROPONENTE
ENDEREÇO E CNPJ DO PROPONENTE

O ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO deverá conter os seguintes elementos:

8.2.PESSOA JURÍDICA:

8.2.1.Comprovação de cadastramento nos termos do item 6.1 deste instrumento.

8.2.2.Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

8.2.3.Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo à sede do licitante.

8.2.4.Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. Registro comercial, no caso de empresa individual. Estas exigências não se aplicam ao licitante que, quando da etapa de credenciamento no certame, já tenha apresentado de forma regular nos termos do presente instrumento convocatório, a referida documentação solicitada neste subitem.

8.2.5.Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com indicação das páginas correspondentes do livro diário em que o mesmo se encontra, bem como apresentação dos competentes termos de abertura e encerramento, assinados por profissional habilitado e devidamente registrados na junta comercial competente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Tratando-se de empresa constituída há menos de um ano, ou aquela que ainda não tenha realizado o fechamento do seu primeiro ano de existência no prazo legal, poderá apresentar o Balaço de Abertura assinado por profissional habilitado e devidamente registrado na junta comercial competente.

8.2.6.Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

8.2.7.Certidões negativas das Fazendas Estadual e Municipal da sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei.

8.2.8.Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, apresentando o respectivo Certificado de Regularidade fornecida pela Caixa Econômica Federal.

8.2.9.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.2.10.Declaração do licitante: de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal - Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93; de superveniência de fato impeditivo no que diz respeito à participação na licitação; e de submeter-se a todas as cláusulas e condições do presente instrumento convocatório, conforme modelo - Anexo II.

8.2.11.Termo de Renúncia, caso o participante envie apenas seus envelopes, sem representante credenciado e desejar renunciar ao direito de interpor recurso e ao prazo respectivo relativo à Fase de Habilitação, concordando com o prosseguimento do certame licitatório, conforme modelo - Anexo III.

8.2.12.Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas.

8.2.13.Registro ou inscrição, em compatibilidade com o objeto do presente certame, do licitante e seus responsáveis técnicos, quando for o caso, frente ao conselho regional de fiscalização profissional competente, da região da sede do licitante.

8.2.14.Comprovação do Certificado de Regularidade Profissional do contador emitido pelo Conselho Regional de Contabilidade;

8.2.15.Certidão de Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, em nome da licitante, com validade na data de recebimento da documentação de habilitação, emitida pelo Conselho da jurisdição da sede da licitante;

8.2.16.Os Atestados ou Certidão de Acervo Técnico (CAT) deverá referir-se à atividade técnica que

faça parte das atribuições legais do profissional.

8.2.17.O(s) profissional(is) deverá(ão) ser indicado(s) como responsável(is) técnico(s) da participante e sua substituição só será possível, por profissional igualmente qualificado, mediante a

expressa aprovação da fiscalização da Prefeitura de Nova Floresta.

8.2.18.- Os atestado(s) referentes aos responsáveis técnicos só serão aceito(s) se o(s) profissional(ais)

em pauta possuir(em) vínculo obrigacional e/ou trabalhista com a licitante na data da licitação, comprovando mediante a apresentação de cópia autenticada do contrato de trabalho ou do registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Quando se tratar de dirigente da empresa

licitante, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da Ata da assembleia de sua investidora

no cargo ou do Contrato Social.

8.2.19.Declaração de que manterá na obra e/ou serviço, em tempo integral, o profissional indicado como responsável técnico (descrever nome e número do registro no CREA), admitindo-se a substituição por

profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Prefeitura, devidamente

assinado pelo sócio responsável pela administração da empresa e pelo profissional indicado;

8.2.20.Apresentar indicação das instalações, dos equipamentos/aparelhamentos e do pessoal técnico

permanente, adequados e disponíveis, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, bem

como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos,

mediante apresentação de relação explícita assinada pelo sócio responsável pela administração da empresa;

8.2.21.Declaração de Visita Técnica emitida pelo Órgão Licitante e assinada pela licitante, dando provas

de que ela recebeu todos os documentos e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições

locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, à luz do Art. 30 ^{caput} e Inciso III, da Lei

8.666/93, condição esta obrigatória à participação no processo licitatório, sob pena de desclassificação;

8.2.22.a) As licitantes deverão fazer a visita técnica, ao local das obras e serviços, através de seu

representante legal e/ou pelo seu responsável técnico, formalmente designado e se inteirar oficialmente dos serviços a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram

quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, todas as informações e receber os documentos ser

necessários para a elaboração da proposta e execução do contrato;

b) É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades

não poderá ser invocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que

venham a ser estabelecidos;

c) Os custos da visita aos locais das obras e serviços correrão por exclusiva conta da licitante.

d) A licitante deverá prever todos os acessos necessários para permitir a chegada dos equipamentos e materiais no local de execução das obras/serviços, avaliando todas as suas dificuldades, pois

os eventuais custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria desses acessos correrão por conta da

licitante vencedora;

e) A visita técnica aos locais onde serão executados as obras/serviços, será realizada até o terceiro dia anterior a realização do certame, no horário de expediente, sob a responsabilidade de um

representante deste Órgão Licitante, devendo ser previamente agenda ser agenda com antecedência de 24

(vinte e quatro) horas junto a CPL. Este prazo de agendamento, dar-se-á em virtude do representante deste

órgão licitador que irá acompanhar o representante da licitante, desempenhar outras obrigações, desta forma,

não será causado transtorno;

8.2.23.Declaração de Autenticidade dos documentos, nos termos do modelo constante nos anexos deste

Edital;

8.3.Documentação específica:

8.3.1.Comprovação de visita técnica ao local da obra ou serviços - item 6.8.1.

8.3.2.Comprovação de capacidade técnico-profissional - item 6.8.2.

8.3.3.Comprovação de que o licitante se enquadra nos termos do Art. 3º da Lei 123/06, se for o caso, sendo considerado microempresa ou empresa de pequeno porte e recebendo, portanto, tratamento diferenciado e simplificando na forma definida pela legislação vigente. Tal comprovação poderá ser feita através da apresentação de qualquer um dos seguintes documentos, a critério do licitante: a) declaração expressa formalmente assinada pelo profissional da área contábil, devidamente habilitado, **devendo ser reconhecida a firma em cartório do respectivo signatário ou lavrada a sua autenticidade no próprio documento por membro da Comissão, após confrontar a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário ou, ainda, estando este presente e assinando o documento diante de membro da Comissão;** b) certidão simplificada emitida pela junta comercial da sede do licitante ou equivalente, na forma da legislação pertinente. A ausência da referida declaração ou certidão simplificada, apenas neste caso para comprovação do enquadramento na forma da legislação vigente, não é suficiente motivo

para a inabilitação do licitante, apenas perderá, durante o presente certame, o direito ao tratamento diferenciado e simplificado dispensado a ME ou EPP, previstos na Lei 123/06:

8.3.3.1.A Comissão poderá promover diligência, na forma do Art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, destinada a esclarecer se o licitante é, de fato e de direito, considerado microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.4.Os documentos de Habilitação deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por um índice correspondente, podendo ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, membro da Comissão ou publicação em órgão da imprensa oficial, quando for o caso. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas, dentro do prazo de validade, e encerrados em envelope devidamente lacrado e indevassável. Por ser apenas uma formalidade que visa facilitar os trabalhos, a ausência do referido índice não inabilitará o licitante.

8.5.A falta de qualquer documento exigido, o seu vencimento, a ausência das cópias devidamente autenticadas ou das vias originais para autenticação pela Comissão ou da publicação em órgão na imprensa oficial, a apresentação de documentos de habilitação fora do envelope específico, tornará o respectivo licitante inabilitado. Quando o documento for obtido via Internet sua legalidade será comprovada nos endereços eletrônicos correspondentes. Poderá ser utilizada, a critério da Comissão, a documentação cadastral de fornecedor, constante dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante, quando for o caso.

9.0.DA PROPOSTA

9.1.A proposta deverá ser apresentada em 01(uma) via, dentro de envelope lacrado, contendo as seguintes indicações no anverso:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA
PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS N°. 00006/2021
NOME DO PROPONENTE
ENDEREÇO E CNPJ DO PROPONENTE

O ENVELOPE PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter os seguintes elementos:

9.2.Proposta elaborada em consonância com o respectivo projeto e as especificações constantes deste instrumento e seus elementos - Anexo I -, em papel timbrado da empresa, quando for o caso, assinada por seu representante legal, contendo no correspondente item cotado: discriminação, quantidade e valores unitário e total expressos em algarismos.

9.3.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais. Indicação em contrário está sujeita a correção observando-se os seguintes critérios:

9.3.1.Falta de dígitos: serão acrescentados zeros;

9.3.2.Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que 5, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais itens excedentes suprimidos.

9.4.A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa e em moeda nacional, elaborada com clareza, sem alternativas, rasuras, emendas e/ou entrelinhas. Suas folhas rubricadas e a última datada e assinada pelo responsável, com indicação: do valor total da proposta em algarismos, dos prazos de entrega ou execução, das condições de pagamento, da sua validade que não poderá ser inferior a 60 dias, e outras informações e observações pertinentes que o licitante julgar necessárias.

9.5.Existindo discrepância entre o preço unitário e o valor total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá.

9.6.Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo produto ou serviço, prevalecerá o de menor valor.

9.7.No caso de alteração necessária da proposta feita pela Comissão, decorrente exclusivamente de incorreções na unidade de medida utilizada, observada a devida proporcionalidade, bem como na multiplicação e/ou soma de valores, prevalecerá o valor corrigido.

9.8.A não indicação na proposta dos prazos de entrega ou execução, das condições de pagamento ou de sua validade, ficará subentendido que o licitante aceitou integralmente as disposições do ato convocatório e, portanto, serão consideradas as determinações nele contidas para as referidas exigências não sendo suficiente motivo para a desclassificação da proposta.

9.9.É facultado ao licitante, apresentar a proposta no próprio modelo fornecido pelo ORC, desde que esteja devidamente preenchido.

9.10.Será desclassificada a proposta que deixar de atender as disposições deste instrumento.

10.0.DO CRITÉRIO PARA JULGAMENTO

10.1.Será declarado vencedor deste certame o licitante que, atendidas todas as exigências do presente instrumento, apresentar proposta com menor valor global no correspondente item cotado, relacionado no Anexo I - Termo de Referência -, na coluna código.

10.2.Havendo igualdade de valores entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto nos Arts. 44 e 45 da Lei Complementar 123/06 e no Art. 3º, § 2º, da Lei 8.666/93, a classificação se fará através de sorteio.

10.3.Na presente licitação será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

10.4.Para efeito do disposto neste instrumento, entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

10.5.Ocorrendo a situação de empate conforme acima definida, proceder-se-á da seguinte forma:

10.5.1.A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

10.5.2.Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item anterior, serão convocadas as demais remanescentes que por ventura se enquadrem na situação de empate acima definida, na ordem de classificação, para exercício do mesmo direito;

10.5.3.No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido como situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.6.Na hipótese de não-contratação nos termos acima previstos, em que foi observada a situação de empate e assegurado o tratamento diferenciado a microempresa e empresa de pequeno porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.7.A situação de empate, na forma acima definida, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.0.DA ORDEM DOS TRABALHOS

11.1.Para o recebimento dos envelopes e início dos trabalhos será observada uma tolerância de 15 (quinze) minutos após o horário fixado. Encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito.

11.2.Declarada aberta à sessão pública pela Presidenta, será efetuado o devido credenciamento dos interessados. Somente participará ativamente da reunião um representante de cada licitante, podendo, no entanto, ser assistida por qualquer pessoa que se interessar.

11.3.O não comparecimento do representante de qualquer dos licitantes não impedirá a efetivação da reunião, sendo que, a simples participação neste certame implica na total aceitação de todas as condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório e seus anexos.

11.4.Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação de documentação e/ou substituição dos envelopes ou de qualquer elemento exigido e não apresentado na reunião destinada à habilitação.

11.5.A Comissão receberá de cada representante os envelopes Documentação e Proposta de Preços, e rubricará juntamente com os participantes os fechos do segundo.

11.6.Posteriormente abrirá os envelopes Documentação, rubricará o seu conteúdo e solicitará dos licitantes que examinem a documentação neles contidas. Quaisquer impugnações levantadas deverão ser comunicadas a Comissão, que as consignará na Ata de reunião.

11.7.Prosseguindo os trabalhos, a Comissão analisará os documentos e as impugnações porventura formuladas pelos licitantes, dando-lhes ciência, em seguida, do resultado da Fase de Habilitação. Entretanto, se assim julgar necessário, poderá divulgar o resultado numa nova reunião, registrando-se na Ata, ou mediante publicação na imprensa oficial ou ainda emitindo aviso por escrito, observada, nestes casos, a devida antecedência necessária - não inferior a 48 (quarenta e oito) horas.

11.8.Ocorrendo à desistência expressa dos licitantes ao direito de recorrer na Fase de Habilitação, conforme previsto no Art. 43, III, da Lei 8.666/93, na mesma sessão poderá haver a abertura dos envelopes Propostas, caso contrário será marcada nova data, com observância ao prazo recursal estabelecido na legislação pertinente.

11.9.O envelope Proposta de Preços, devidamente fechado e lacrado, será devolvido ao licitante inabilitado, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação.

11.10.Encerrada a Fase de Habilitação e observados os ditames deste instrumento, a Comissão procederá então à abertura dos envelopes Proposta de Preços dos proponentes declarados habilitados, rubricará o seu conteúdo e facultará o exame da documentação neles contidas a todos os participantes, os quais poderão efetuar impugnações, devidamente consignadas na Ata de reunião, quando for o caso.

11.11.A Comissão examinará os elementos apresentados, as observações eventualmente apontadas, declarando, em seguida, vencedor o licitante que, atendidas as exigências e considerados os critérios definidos neste instrumento, apresentar proposta mais vantajosa para o ORC.

11.12.Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas todas as ocorrências e que, ao final, será assinada pela Comissão e licitantes presentes.

11.13.Em decorrência da Lei Complementar 123/06, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, observando-se o seguinte procedimento:

11.13.1.As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de Habilitação e integrantes do envelope Documentação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

11.13.2.Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério do ORC, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão da eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

11.13.3.A não-regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81, da Lei 8.666/93, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.14.Os documentos apresentados pelos licitantes no Credenciamento e os elementos constantes dos envelopes Documentação e Proposta de Preços que forem abertos, serão retidos pela Comissão e anexados aos autos do processo. No mesmo contexto, o envelope Proposta de Preços, ainda lacrado, do licitante inabilitado que não for retirado por seu representante legal no prazo de

60 (sessenta) dias consecutivos da data de homologação do presente certame, será sumariamente destruído.

12.0.DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

12.1.Havendo proposta com valor para o respectivo item relacionado no Anexo I - Termo de Referência - Especificações, na coluna código:

12.1.1.Superior ao estimado pelo ORC, o item será desconsiderado; ou

12.1.2.Com indícios que conduzam a uma presunção relativa de inexequibilidade, pelo critério definido no Art. 48, II, § 1º, da Lei 8.666/93, em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, poderá ser dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 03 (três) dias úteis para comprovar a viabilidade dos preços, conforme parâmetros do mesmo Art. 48, II, sob pena de desconsideração do item.

12.2.Salienta-se que tais ocorrências não desclassificam automaticamente a proposta, quando for o caso, apenas o item correspondente.

12.3.O valor estimado que o ORC se propõe a pagar pelo objeto da presente licitação - Valor de Referência -, está devidamente informado neste instrumento convocatório - Anexo I.

13.0.DOS RECURSOS

13.1.Dos atos decorrentes deste procedimento licitatório, caberão recursos nos termos do Art. 109 da Lei Federal n.º 8.666/93.

13.2.O recurso será dirigido à autoridade superior do ORC, por intermédio da Comissão, devendo ser protocolizado o original, nos horários normais de expediente das 07:30h as 11:30h das 13:30 as 16:30 horas, exclusivamente no seguinte endereço: Rua Prefeito Benedito Marinho, 293 - Sede da Prefeitura - Centro - Nova Floresta - PB.

14.0.DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

14.1.Concluído o julgamento das propostas apresentadas, a Comissão emitirá relatório conclusivo dos trabalhos desenvolvidos no certame, remetendo-o a autoridade superior do ORC, juntamente com os elementos constitutivos do processo, necessários à Homologação e Adjudicação da respectiva licitação, quando for o caso.

14.2.A autoridade superior poderá, no entanto, tendo em vista sempre a defesa dos interesses do ORC, discordar e deixar de homologar, total ou parcialmente, o resultado apresentado pela Comissão, revogar ou considerar nula a Licitação, desde que apresente a devida fundamentação exigida pela legislação vigente, resguardados os direitos dos licitantes.

15.0.DO CONTRATO

15.1.Após a homologação pela Autoridade Superior do ORC, o licitante vencedor será notificado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, assinar o respectivo contrato, quando for o caso, elaborado em conformidade com as modalidades permitidas pela Lei Federal n.º 8.666/93, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela referida norma.

15.2.Não atendendo à convocação para assinar o contrato, e ocorrendo esta dentro do prazo de validade de sua proposta, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.

15.3.É permitido ao ORC, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinatura do contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições do licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, ou revogar a presente licitação.

15.4.O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Arts. 77, 78 e 79, todos da Lei 8.666/93; e executado sob o regime de empreitada por preço global.

15.5.O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até o respectivo limite fixado no Art. 65, § 1º da Lei 8.666/93. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

16.0.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1.A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93: a - advertência; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora contratado; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 02 (dois) anos; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; f - simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93.

16.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

16.3.Após a aplicação de quaisquer das penalidades previstas, realizar-se-á comunicação escrita ao Contratado, e publicado na imprensa oficial, excluídas as penalidades de advertência e multa

de mora quando for o caso, constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado e publicado no cadastro correspondente.

17.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e prazos para receber o seu objeto pelo ORC obedecerão, conforme o caso, à disposições dos Arts. 73 a 76, da Lei 8.666/93.

18.0.DO PAGAMENTO

18.1.O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, da seguinte maneira: MEDIANTE OS SERVIÇOS FOREM EXECUTADOS

18.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

18.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

18.4.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.0.DO REAJUSTAMENTO

19.1.Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

19.2.Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês de apresentação da respectiva proposta, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8.O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

20.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1.Não será devida aos proponentes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao certame, qualquer tipo de indenização.

20.2.Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

20.3.A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

20.4.Caso as datas previstas para a realização dos eventos da presente licitação sejam declaradas feriado e não havendo ratificação da convocação, ficam transferidos automaticamente para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora anteriormente previstos.

20.5.O ORC por conveniência administrativa ou técnica, se reserva no direito de paralisar a qualquer tempo a execução da contratação, cientificando devidamente o Contratado.

20.6.Decairá do direito de impugnar perante o ORC nos termos do presente instrumento, aquele que, tendo-o aceitado sem objeção, venha a apresentar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciaram hipótese em que tal comunicado não terá efeito de recurso.

20.7.Nos valores apresentados pelos licitantes, já deverão estar incluídos os custos com aquisição de material, mão-de-obra utilizada, impostos, encargos, fretes e outros que venham a incidir sobre os respectivos preços.

20.8.As dúvidas surgidas após a apresentação das propostas e os casos omissos neste instrumento, ficarão única e exclusivamente sujeitos a interpretação da Comissão, sendo facultada a mesma ou a autoridade superior do ORC, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

20.9. Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Comarca de Cuité.

Nova Floresta - PB, 02 de Setembro de 2021.

ROSENÍ MAIA DIAS SILVA
Presidenta da Comissão



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO I - TOMADA DE PREÇOS Nº 00006/2021

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto desta licitação: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA REDE DE DRENAGEM URBANA NAS RUAS :GOVERNADOR PEDRO GONDIM, JOSÉ GARCIA, OLHO D'AGUA; E PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS DA RUA OLHO D'AGUA. CONFORME O PROJETO COMPLETO E PANILHA ORÇAMENTÁRIA.

2.0.JUSTIFICATIVA

2.1.Considerando as necessidades do ORC, tem o presente termo a finalidade de definir, técnica e adequadamente, os procedimentos necessários para viabilizar a contratação em tela.

2.2.As características e especificações do objeto ora licitado são:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	CONSTRUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM URBANA NAS RUAS :GOVERNADOR PEDRO GONDIM, JOSÉ GARCIA, OLHO D'AGUA; E PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS DA RUA OLHO D'AGUA.	UND	1	106.180,57	106.180,57
TOTAL					106.180,57

3.0.OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

3.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

3.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento.

3.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

3.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

3.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.

3.6.Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

4.0.DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

4.1.Havendo proposta com valor para o respectivo item relacionado no Anexo I - Termo de Referência - Especificações, na coluna código:

4.1.1.Superior ao estimado pelo ORC, o item será desconsiderado; ou

4.1.2.Com indícios que conduzam a uma presunção relativa de inexequibilidade, pelo critério definido no Art. 48, II, § 1º, da Lei 8.666/93, em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, poderá ser dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 03 (três) dias úteis para comprovar a viabilidade dos preços, conforme parâmetros do mesmo Art. 48, II, sob pena de desconsideração do item.

4.2.Salienta-se que tais ocorrências não desclassificam automaticamente a proposta, quando for o caso, apenas o item correspondente.

4.3.O valor estimado que o ORC se propõe a pagar pelo objeto da presente licitação - Valor de Referência -, está acima indicado.

5.0.MODELO DA PROPOSTA

5.1.É parte integrante deste Termo de Referência o modelo de proposta de preços correspondente, podendo o licitante apresentar a sua proposta no próprio modelo fornecido, desde que seja devidamente preenchido, conforme faculta o instrumento convocatório - Anexo 01.

ROSENÍ MAIA DIAS SILVA
Presidenta da Comissão



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA

TOMADA DE PREÇOS Nº 00006/2021

PROPOSTA

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 00006/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA REDE DE DRENAGEM URBANA NAS RUAS :GOVERNADOR PEDRO GONDIM, JOSÉ GARCIA, OLHO D'AGUA; E PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS DA RUA OLHO D'AGUA. CONFORME O PROJETO COMPLETO E PANILHA ORCAMENTÁRIA.

PROPONENTE:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	CONSTRUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM URBANA NAS RUAS :GOVERNADOR PEDRO GONDIM, JOSÉ GARCIA, OLHO D'AGUA; E PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS DA RUA OLHO D'AGUA.	UND	1		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA - R\$

PRAZO - Item 5.0:

PAGAMENTO - Item 18.0:

VALIDADE DA PROPOSTA - Item 9.0:

_____/____de____de____

Responsável

CNPJ



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO II - TOMADA DE PREÇOS N° 00006/2021

MODELOS DE DECLARAÇÕES

REF.: TOMADA DE PREÇOS N° 00006/2021
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF - Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93.

O proponente acima qualificado, sob penas da Lei e em acatamento ao disposto no Art. 7º inciso XXXIII da Constituição Federal, Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, declara não possuir em seu quadro de pessoal, funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho; podendo existir menores, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente.

2.0 - DECLARAÇÃO de superveniência de fato impeditivo no que diz respeito a participação na licitação.

Conforme exigência contida na Lei 8.666/93, Art. 32, §2º, o proponente acima qualificado, declara não haver, até a presente data, fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, não se encontrando em concordata ou estado falimentar, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores. Ressalta, ainda, não estar sofrendo penalidade de declaração de idoneidade no âmbito da administração Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, arcando civil e criminalmente pela presente afirmação.

3.0 - DECLARAÇÃO de submeter-se a todas as cláusulas e condições do correspondente instrumento convocatório.

O proponente acima qualificado declara ter conhecimento e aceitar todas as cláusulas do respectivo instrumento convocatório e submeter-se as condições nele estipuladas.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO:
AS DECLARAÇÕES DEVERÃO SER ELABORADAS EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, QUANDO FOR O CASO.

REF.: TOMADA DE PREÇOS N° 00006/2021
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA

PROPONENTE:
CNPJ:

4.0 - DECLARAÇÃO de elaboração independente de proposta.

(identificação completa do representante do licitante), como representante devidamente constituído de (identificação completa do licitante ou do consórcio), doravante denominado (licitante/consórcio), para fins do disposto no item 7.5.1. do Edital da Tomada de Preços n° 00006/2021, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada para participar da Tomada de Preços n° 00006/2021 foi elaborada de maneira independente pelo licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços n° 00006/2021, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da Tomada de Preços n° 00006/2021 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços n° 00006/2021, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços n° 00006/2021 quanto a participar ou não da referida licitação;

d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Tomada de Preços n° 00006/2021 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços n° 00006/2021 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participação da Tomada de Preços n° 00006/2021 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Nova Floresta antes da abertura oficial das propostas; e

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente

OBSERVAÇÃO:
AS DECLARAÇÕES DEVERÃO SER ELABORADAS EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, QUANDO FOR O CASO.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO III - TOMADA DE PREÇOS N° 00006/2021

MODELOS DO TERMO DE RENÚNCIA

REF.: TOMADA DE PREÇOS N° 00006/2021
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - TERMO DE RENÚNCIA ao recurso conforme previsto no Art. 43, Inciso III, da Lei 8.666/93.

O proponente acima qualificado, declara, na forma do disposto no Art. 43, III, da Lei 8.666/93, aceitar o resultado divulgado pela Comissão, que analisou a documentação preliminar do processo em epigrafe, efetuada nos termos do respectivo instrumento convocatório, desistindo, assim, expressamente de qualquer interposição de recurso previsto na legislação vigente, bem como ao prazo correspondente e concordando, portanto, com o prosseguimento do certame. Declara ainda que, em havendo a ocorrência de qualquer igualdade de valores entre sua proposta e a dos demais licitantes e após observado o disposto no Art. 3º, § 2º, da Lei 8.666/93, fica autorizado a realização do sorteio para definição da respectiva classificação, não sendo necessário a sua convocação para o correspondente ato público, conforme previsto no Art. 44, § 2º, do referido diploma legal.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO:
O TERMO DE RENÚNCIA DEVERÁ SER ELABORADO EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, QUANDO FOR O CASO.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO IV - TOMADA DE PREÇOS N° 00006/2021

MINUTA DO CONTRATO

TOMADA DE PREÇOS N° 00006/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 210831TP00006

CONTRATO N°:/-CPL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA E, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Nova Floresta - Rua Prefeito Benedito Marinho, 293 - Centro - Nova Floresta - PB, CNPJ n° 08.739.625/0001-81, neste ato representada pelo Prefeito Jarson Santos da Silva, Brasileiro, Casado, Empresário, residente e domiciliado na Rua Pref. Felinto Florentino, 90 - Centro - Nova Floresta - PB, CPF n° 023.116.244-82, Carteira de Identidade n° 360326997 SSP/SP, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado - - - - ..., CNPJ n°, neste ato representado por residente e domiciliado na, - - - - ..., CPF n°, Carteira de Identidade n°, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da licitação modalidade Tomada de Preços n° 00006/2021, processada nos termos da ; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA REDE DE DRENAGEM URBANA NAS RUAS :GOVERNADOR PEDRO GONDIM, JOSÉ GARCIA, OLHO D'AGUA; E PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS DA RUA OLHO D'AGUA. CONFORME O PROJETO COMPLETO E PANILHA ORCAMENTÁRIA.

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Tomada de Preços n° 00006/2021 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$... (...).

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO:

Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês de apresentação da respectiva proposta, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos Próprios do Município de Nova Floresta: FPM, TRIBUTOS, FUNDO ESPECIAL, ICMS, EMENDAS - 4.4.90.51 - 01

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, da seguinte maneira: MEDIANTE OS SERVIÇOS FOREM EXECUTADOS

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas no Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93, estão abaixo indicados e serão considerados da emissão da Ordem de Serviço:

a - Início: 3 (três) dias;

b - Conclusão: 5 (cinco) meses.

A vigência do presente contrato será determinada: 5 (cinco) meses, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada nos termos do Art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

a - Executar devidamente o serviço descrito na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Arts. 77, 78 e 79, todos da Lei 8.666/93.

O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até o respectivo limite fixado no Art. 65, § 1º da Lei 8.666/93. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executado o presente contrato e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e prazos para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições dos Arts. 73 a 76, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93: a - advertência; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora contratado; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 02 (dois) anos; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; f - simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o

Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Cuité.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Nova Floresta - PB, ... de de

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

.....

PELO CONTRATADO

.....



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA - PB

OBRAS:

I	CONSTRUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM URBANA DAS RUAS: GOVERNADOR PEDRO GONDIM, JOSÉ GARCIA, RUA DO OLHO D'ÁGUA E PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS DA RUA DO OLHO D'ÁGUA	ENC. SOCIAIS
		115,81%

PROPRIETÁRIO:	LOCAL:
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA-PB	ZONA URBANA

COMPOSIÇÕES ANALÍTICAS

FONTE	TIPO	CÓDIGO	INSUMOS / COMPOSIÇÕES	UNID.	CONSUMO	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
-------	------	--------	-----------------------	-------	---------	----------------	-------------

I	DRENAGEM URBANA DAS RUAS: GOVERNADOR PEDRO GONDIM, JOSÉ GARCIA, RUA DO OLHO D'ÁGUA E PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS DA RUA DO OLHO D'ÁGUA
---	---

2.2	Tipo	CPU	Restauração e ampliação de boca de lobo existente	unid	Consumo	Custo Unitário	Custo Total
DER PB	Composição	03.999.13	Demolição de concreto simples	m3	0,13	R\$ 180,22	R\$ 23,43
SINAPI	Composição	87495	Alvenaria de vedação com tijolos cerâmicos furados de 9x19x19 cm	m2	2,9000	R\$ 68,29	R\$ 198,04
SINAPI	Composição	96620	Lastro de concreto magro, aplicado em pisos ou radiers	m3	0,1500	R\$ 439,81	R\$ 65,97
SINAPI	Composição	98560	Impermeabilização de piso com argamassa de cimento e areia, com aditivo impermeabilizante	m2	1,5400	R\$ 35,21	R\$ 54,22
SINAPI	Composição	98561	Impermeabilização de paredes com argamassa de cimento e areia, com aditivo impermeabilizante, E=2,0 cm	m2	2,9000	R\$ 30,87	R\$ 89,52
Subtotal							R\$ 431,18

3.2	Tipo	Composição Baseada 02624/ORSE	Remoção e Reposição de meio-fio	m	Consumo	Custo Unitário	Custo Total
SINAPI	Composição	88628	Argamassa traço 1:3 (cimento e areia média), preparo mecânico com betoneira	m3	0,0010	R\$ 399,54	R\$ 0,40
SINAPI	Composição	88316	Servente com encargos complementares	h	0,3600	R\$ 14,98	R\$ 5,39
SINAPI	Composição	88309	Pedreiro com encargos complementares	h	0,1800	R\$ 19,02	R\$ 3,42
Subtotal							R\$ 9,21

Preços unitários referentes aos valores do SINAPI de dezembro de 2020

Nova Floresta/ PB, segunda-feira, 30 de agosto de 2021

Responsável Técnico.: Daniel Alcides de Lira Dantas
Engenheiro Civil - CREA.: 161345027-3



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA

Obra: Construção de Rede de Drenagem Urbana das Ruas: Governador Pedro Gondim, José Garcia, Rua do Olho d'água e Pavimentação em Paralelepípedos da Rua do Olho d'água**Município:** Nova Floresta-PB**Endereço:** Zona Urbana

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR (R\$)	% ITEM	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
I	Construção de Rede de Drenagem Urbana das Ruas: Governador Pedro Gondim, José Garcia, Rua do Olho d'água e Pavimentação em Paralelepípedos da Rua do Olho d'água								
I.I	MOVIMENTO DE TERRA	R\$ 22.263,81	20,97%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%		
				R\$ 5.565,95	R\$ 5.565,95	R\$ 5.565,95	R\$ 5.565,95		
I.II	DRENAGEM	R\$ 56.955,53	53,64%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%		
				R\$ 14.238,88	R\$ 14.238,88	R\$ 14.238,88	R\$ 14.238,88		
I.III	PAVIMENTAÇÃO	R\$ 26.961,23	25,39%					100,00%	
								R\$ 26.961,23	
Valores totais		R\$ 106.180,57	100,00%	R\$ 19.804,83	R\$ 19.804,83	R\$ 19.804,83	R\$ 19.804,83	R\$ 26.961,23	R\$ 0,00
				18,65%	18,65%	18,65%	18,65%	25,39%	0,00%
				18,65%	37,30%	55,96%	74,61%	100,00%	100,00%

Nova Floresta/PB, 04 de março de 2021

Responsável Técnico.: Daniel Alcides de Lira Dantas
Engenheiro Civil - CREA.: 161345027-3

PLANILHA DE CÁLCULO DE BDI

DETALHAMENTO DO BDI

Item	Descrição dos Serviços	% PV	% CD
1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		4,01
1.1	ESCRITÓRIO CENTRAL		
1.2	VIAGENS		
1.3	OUTROS		
2	IMPOSTOS E TAXAS	5,65	
2.1	ISS	2,00	
2.2	PIS	0,65	
2.3	Cofins	3,00	
3	TAXA DE RISCO		0,96
3.1	SEGURO		0,20
3.2	RISCO		0,56
3.2	GARANTIA		0,20
4	DESPESAS FINANCEIRAS		1,11
5	LUCRO		7,30
	BDI - CALCULADO		20,70

BDI (CALCULADO): 20,70

Para o preenchimento da proposta deve-se utilizar o valor de ISS da Prefeitura Local.

BDI CALCULADO CONFORME ACÓRDÃO N° 2369/2011 – TCU



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA**

**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E
INFRAESTRUTURA**

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Construção de Rede de Drenagem Urbana e Pavimentação em
Paralelepípedos da Rua do Olho d'Água

Nova Floresta-PB, 30 de agosto de 2021.

INTRODUÇÃO

Estas especificações têm como objetivo descrever e especificar os serviços, mão-de-obra, materiais e equipamentos a serem utilizados na obra de Construção de Rede de Drenagem de Águas Pluviais e Pavimentação da Rua do Olho d'água em Nova Floresta, Paraíba.

Disposições Gerais

Os serviços contratados serão executados de acordo com estas especificações e todos os materiais devem ser de primeira qualidade.

A execução dos serviços deve satisfazer também às cláusulas contratuais, caso contrário, a fiscalização poderá condenar aqueles considerados insatisfatórios, devendo o construtor arcar com as despesas decorrentes de demolição e substituição dos mesmos.

O contratado deverá dispor de mão de obra especializada no local da construção, incluindo o responsável técnico pela obra.

Todos os materiais que podem ser reaproveitados, resultantes de demolições e retiradas, deverão ser encaminhados ao almoxarifado da Prefeitura Municipal de Nova Floresta, sendo o construtor responsável por seu transporte.

I– CONSTRUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM URBANA E PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO OLHO D'ÁGUA

1. Movimento de Terra

1.1.Demolição de Pavimentação com Paralelepípedos

Trechos de pavimentação existente nas ruas Pedro Gondim e José Garcia deverão ser demolidos para escavação e posterior instalação dos tubos de concreto.

A faixa mínima de demolição será de 1,15 m e as pedras deverão ser armazenadas em local adequado para reutilização, posteriormente, na recuperação desses trechos.

1.2.Escavação Manual Material de 1º Categoria

Antes dos serviços de escavação, a área deve ser isolada a fim de evitar acidentes. A contratada deverá utilizar cavaletes ou outros dispositivos a fim de evitar o acesso de estranhos e veículos ao local da obra.

A escavação manual será executada nos trechos de ruas que já estão pavimentadas. Será realizada numa faixa de 1,15 m (um metro e quinze centímetros) de largura e altura variável, dependendo das cotas do terreno e da inclinação dos tubos.

Quando a altura das valas for superior a 1,50m deverá ser executado escoramento para que o material escavado não retorne a vala.

1.3.Escavação Mecânica de Valeta em Material de 1º Categoria

Serão utilizadas retroescavadeiras para profundidades de até 4 m. Todas as recomendações do item anterior também valem para este.

1.4.Reaterro manual de valas com compactação mecânica

O reaterro será executado logo após a instalação dos tubos, em camadas de no máximo 15 cm, com sapos mecânicos ou placas vibratórias.

Em hipótese alguma o recobrimento dos tubos deverá ser menor que 60 cm.

2. Drenagem

2.1. Poço de visita para tubulação de 0,40 a 0,80 m

Os poços de visita serão executados ao longo da rede em locais de mudança de direção e declividade, tendo como principais funções evitar obstruções e permitir inspeção.

Os poços de visita serão executados em alvenaria de tijolos cerâmicos com chaminé circular de tijolos de concreto, laje de fundo não armada e laje superior armada. Terão dimensões de internas de 1,25 x 1,50 x 1,00 m (largura x comprimento x altura), a chaminé terá altura variável a depender da cota do terreno. Todo o poço deve ser estanque, revestido com argamassa e aditivo impermeabilizante.

2.2. Restauração e ampliação de boco de lobo existente

Há uma boca de lobo no local que deve passar por reforma para adequação ao projeto. Terá as dimensões indicadas em planta.

A restauração compreende os serviços de demolição de piso e paredes, escavação, execução de lastro de concreto com 10 cm de espessura e novas paredes, revestimentos de pisos e paredes e, por fim, impermeabilização dos mesmos.

2.3. Tampa circular para esgoto e drenagem, em ferro fundido, diâmetro interno = 0,60 m

Tampão com 60 cm de diâmetro instalado sobre a chaminé e que permite inspeção ao poço de visita.

Será do tipo articulado, classe B125 e capacidade de carga máxima de 125 toneladas.

2.4. Tubo de concreto para redes coletoras de águas pluviais, diâmetro de 600 mm, junta rígida, instalado em local com baixo nível de interferências – fornecimento e assentamento.

A instalação do tubo só deve ser iniciada quando o fundo da vala já estiver devidamente apiloado e com a mesma inclinação indicada em projeto (3%).

Os tubos serão do tipo ponta e bolsa, ou macho-fêmea e deve obedecer às exigências da NBR 8890, classes PA-1, PA-2 ou PA-3, em função da altura máxima do aterro e conforme indicação de projeto.

O rejuntamento será feito com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 e deve atingir toda a circunferência da tubulação, internamente e externamente.

2.5. Boca para bueiro simples tubular, diâmetro 0,60 m, em concreto ciclópico, incluindo formas, escavação, reaterro e materiais.

A boca de bueiro é o local de deságue da rede, será executada em concreto ciclópico. Sua soleira deve ter o nível coincidente com o do terreno. Deve ser executada com as dimensões indicadas na Prancha 2.

3. Pavimentação

3.1.Placa indicativa da obra

A placa da obra deve seguir o padrão municipal, tendo 3,00 m de largura por 2,00 m de altura.

Deve ser instalada em local de grande visibilidade, ser fabricada em chapa de aço galvanizada nº 22, fixada em peças de madeira de lei e fundação de concreto.

3.2.Remoção e reposição de meio-fio

Uma das laterais da Rua do Olho d'água já possui meio-fio, estes devem ser removidos e reinstalados nas posições indicadas em projeto.

3.3.Fornecimento e aplicação de meio-fio em pedra granítica

Como contenção para a área a ser pavimentada serão instaladas guias graníticas, assentadas e rejuntadas com argamassa no traço 1:3 (cimento e areia média). Nas bordas finais e bocas das ruas serão instalados os cordões de fechamento em meio-fio de pedra.

A contratada será responsável pelo fornecimento e instalação das guias.

As pedras deverão ter as dimensões mínimas de 0,50m x 0,30m x 0,10m, e o desnível entre a rua e a calçada deverá ser de 15 cm.

As pedras devem ser instaladas de modo que fiquem alinhadas, não se permitindo desvios superiores a 0,005m.

3.4.Pavimento em paralelepípedo sobre colchão de areia rejuntado com argamassa de cimento e areia traço 1:3 (pedras pequenas 30 a 35 peças por metro quadrado)

Após a preparação da camada de subleito, que deverá ser executada pela contratante, deverá ser aplicada uma camada de areia grossa com 20 cm de espessura, onde serão colocadas as pedras. A areia utilizada no processo deve estar isenta de impurezas. Após a colocação das pedras, o calceteiro deverá realizar o processo de compressão das mesmas através de golpes de martelo ou do uso de compactador mecânico. Toda a área deve ser molhada a fim de que o colchão de areia possa ser acomodado. Por último os blocos serão rejuntados com argamassa no traço 1:3, através da utilização de uma lata cheia de argamassa para depósito nas juntas. A argamassa deverá penetrar no mínimo em 2/3 da altura do bloco (aproximadamente 6 cm).

3.5.Recuperação de pavimento em paralelepípedo com aproveitamento da pedra

Depois que os tubos estiverem instalados e o reaterro executado, deverá se proceder o reassentamento das pedras retiradas anteriormente. Os mesmos procedimentos indicados no item 3.4 também servirão aqui.

3.6.Caiação de meio-fio

O meio-fio receberá pintura à base de cal em sua face lateral e superior.

Nova Floresta-PB, 30 de agosto de 2021.

Responsável Técnico: Daniel Alcides de Lira Dantas
Engenheiro Civil – CREA: 161345027-3



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA/PB

OBRA: CONSTRUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM URBANA DAS RUAS: GOVERNADOR PEDRO GONDIM, JOSÉ GARCIA, RUA DO OLHO D'ÁGUA E PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO OLHO D'ÁGUA COMPRIMENTO (m) = 229,23

DATA DE PREÇO: SINAPI (DEZ/2020 - NÃO DESONERADO - DATA DE REFERÊNCIA TÉCNICA 16/01/2021), DER (OUTUBRO A DEZEMBRO DE 2020)

ENDEREÇO: RUA GOVERNADOR PEDRO GONDIM, RUA JOSÉ GARCIA E RUA DO OLHO D'ÁGUA, CENTRO E BAIRRO JOSÉ CÂNDIDO, NOVA FLORESTA-PB ENC. SOCIAIS= 115,81%

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA/PB B.D.I. = 20,70%

MEMÓRIA DE CÁLCULO

1	MOVIMENTO DE TERRA							M O V I M E N T O D E T E R R A
1.1	Demolição de Pavimentação com Paralelepípedos							
Local	Comprimento (m)	Largura (m)	Profundidade (m)	Área (m²)	Volume (m³)	Quantidade	Quantitativo Geral	
BL1 - PV1	36,78	1,15		42,30		1,00	42,30	
PV1-PV2	63,55	1,15		73,08		1,00	73,08	
PV2-Cordão	3,68	1,15		4,23		1,00	4,23	
Área Total (m²)							119,61	
1.2	Escavação Manual Material 1A categoria em Galeria							
Local	Comprimento (m)	Largura (m)	Profundidade (m)	Área (m²)	Volume (m³)	Quantidade	Quantitativo Geral	
BL1	2,20	0,70	0,50		0,77	1,00	0,77	
BL1-PV1	36,58	1,15	1,46		61,42	1,00	61,42	
PV1-PV2	63,15	1,15	1,99		144,52	1,00	144,52	
PV2 - Cordão	3,48	1,15	1,93		7,72	1,00	7,72	
Volume Total (m³)							214,43	
1.3	Escavação Mecânica de Valeta em Material 1ª Categoria							
Local	Comprimento (m)	Largura (m)	Profundidade (m)	Área (m²)	Volume (m³)	Quantidade	Quantitativo Geral	
Cordão-PV3	15,58	1,15	1,73		31,00	1,00	31,00	
PV3-PV4	38,56	1,15	1,67		74,05	1,00	74,05	
PV4-BB	68,59	1,15	1,34		105,70	1,00	105,70	
Volume Total (m³)							210,75	
1.4	Reaterro manual de valas com compactação mecânica							
Local	Largura (m)	Profundidade (m)	Vol. Escavado (m³)	Vol. Galeria (m³)	Vol. Resultante (m³)	Quantidade	Quantitativo Geral	
Manual+Mecânico			425,18	63,89	361,29	1,00	361,29	
Volume Total (m³)							361,29	
2	DRENAGEM							D R E N A G E M
2.1	Poço de Visita para Tubulação de 0,40 a 0,80 m							
Local	Comprimento (m)	Largura (m)	Profundidade (m)	Área (m²)	Volume (m³)	Quantidade	Quantitativo Geral	
Ao longo da Rede						4,00	4,00	
Quantidade Total (unid)							4,00	
2.2	Restauração e Ampliação de Boca de Lobo Existente							
Local	Comprimento (m)	Largura (m)	Profundidade (m)	Área (m²)	Volume (m³)	Quantidade	Quantitativo Geral	
Boca de Lobo						1,00	1,00	
Quantidade Total (unid)							1,00	
2.3	Tampa Circular para Esgoto e Drenagem, em Ferro Fundido, Diâmetro Interno = 0,60 m							
Local	Comprimento (m)	Largura (m)	Profundidade (m)	Área (m²)	Volume (m³)	Quantidade	Quantitativo Geral	
Poços de Visita						4,00	4,00	
Quantidade Total (unid)							4,00	
2.4	Tubo de Concreto para Redes Coletoras de Águas Pluviais, Diâmetro de 600 mm, Junata Rígida, Instalado em Local com Baixos Níveis de Interferências							
Local	Comprimento (m)	Largura (m)	Profundidade (m)	Área (m²)	Volume (m³)	Quantidade	Quantitativo Geral	
BL1-PV1	36,78					1,00	36,78	
PV1-PV2	63,55					1,00	63,55	
PV2-PV3	19,45					1,00	19,45	
PV3-PV4	38,96					1,00	38,96	
PV4-BB	70,49					1,00	70,49	
Comprimento Total (m)							229,23	
2.5	Boca para Bueiro Simples Tubular, Diâmetro 0,60 m, em Concreto Ciclópico, Incluindo Formas, Escavação, Reaterro e Materiais							
Local	Comprimento (m)	Largura (m)	Profundidade (m)	Área (m²)	Volume (m³)	Quantidade	Quantitativo Geral	
Deságue						1,00	1,00	
Quantidade Total (unid)							1,00	
3	PAVIMENTAÇÃO							P A V I M E N T A Ç Ã O
3.1	Placa Indicativa da Obra							
Local	Comprimento (m)	Largura (m)	Profundidade (m)	Área (m²)	Volume (m³)	Quantidade	Quantitativo Geral	
-	3,00	2,00		6,00		1,00	6,00	
Área Total (m²)							6,00	
3.2	Remoção e Reposição de Meio-fio							
Local	Comprimento (m)	Largura (m)	Profundidade (m)	Área (m²)	Volume (m³)	Quantidade	Quantitativo Geral	
Existente no local	37,30					1,00	37,30	
Existente no local	4,41					1,00	4,41	
Existente no local	6,62					1,00	6,62	
Existente no local	12,85					1,00	12,85	
Existente no local	1,18					1,00	1,18	
Comprimento Total (m)							62,36	
3.3	Fornecimento e Aplicação de Meio-Fio em concreto							
Local	Comprimento (m)	Largura (m)	Profundidade (m)	Área (m²)	Volume (m³)	Quantidade	Quantitativo Geral	
Rua Seb. Araújo	1,18					1,00	1,18	
Rua Seb. Araújo	12,25					1,00	12,25	
Rua Seb. Araújo	43,37					1,00	43,37	
Cordão 1	7,22					1,00	7,22	
Cordão 2	5,80					1,00	5,80	
Cordão 3	5,00					1,00	5,00	
Comprimento Total (m)							74,82	
3.4	Execução de Pavimento em Paralelepípedos, Rejuntamento com Argamassa Traço 1:3 (Cimento e Areia)							
Local	Comprimento (m)	Largura (m)	Profundidade (m)	Área (m²)	Volume (m³)	Quantidade	Quantitativo Geral	
Calculado com Autocad				334,00		1,00	334,00	
Área Total (m²)							334,00	
3.5	Reassentamento de paralelepípedos, rejuntamento com argamassa, reaproveitamento da pedra							
Local	Comprimento (m)	Largura (m)	Profundidade (m)	Área (m²)	Volume (m³)	Quantidade	Quantitativo Geral	
BL-PV1	36,78	1,15		42,30		1,00	42,30	
PV1-PV2	63,55	1,15		73,08		1,00	73,08	
PV2-Cordão	3,68	1,15		4,23		1,00	4,23	
Área Total (m²)							119,61	

3.6	Caiação em Meio-Fio						
Local	Comprimento (m)	Largura (m)	Profundidade (m)	Área (m²)	Volume (m³)	Quantidade	Quantitativo Geral
Meio-fio recolocado	62,36	0,10	0,15	15,59		1,00	15,59
Meio-fio instalado	74,82	0,10	0,15	18,71		1,00	18,71
Área Total (m²)							34,30

Nova Floresta-PB, segunda-feira, 30 de agosto de 2021

Responsável Técnico: Daniel Alcides de Lira Dantas
Engenheiro Civil - CREA.: 161345027-3



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA-PB

MEMORIAL DESCRITIVO

**CONSTRUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM URBANA NAS RUAS: GOVERNADOR
PEDRO GONDIM, JOSÉ GARCIA E RUA DO OLHO D'ÁGUA E PAVIMENTAÇÃO
EM PARALELEPÍPEDOS DA RUA DO OLHO D'ÁGUA**

Nova Floresta/PB, 30 de agosto de 2021.

1. MEMORIAL DESCRITIVO

1. JUSTIFICATIVA

O presente projeto tem como objetivo a construção de uma rede de drenagem que coleta e conduz as águas oriundas de diversas ruas do município em direção ao açude do olho d'água, bem como contempla a pavimentação em paralelepípedos da rua de mesmo nome.

A obra de drenagem justifica-se pela necessidade de expulsão das águas de chuva do entorno da Rua Pedro Gondim, onde ficam empoçadas e que são responsáveis por diversos alagamentos e enchentes, muitas invadindo residências da localidade.

A obra de pavimentação justifica-se pela necessidade de levar infraestrutura básica a alguns lugares da cidade. Através da pavimentação em paralelepípedos estará se buscando solucionar dois dos principais problemas das localidades envolvidas, o primeiro tem relação com os alagamentos, em que são formadas poças de água que dificultam o trânsito e mobilidade dos transeuntes, o segundo refere-se à questão da emissão de poeira, que provoca diversas doenças nos habitantes.

2. LOCALIZAÇÃO

A seguir é exibida uma imagem com a localização da futura rede.

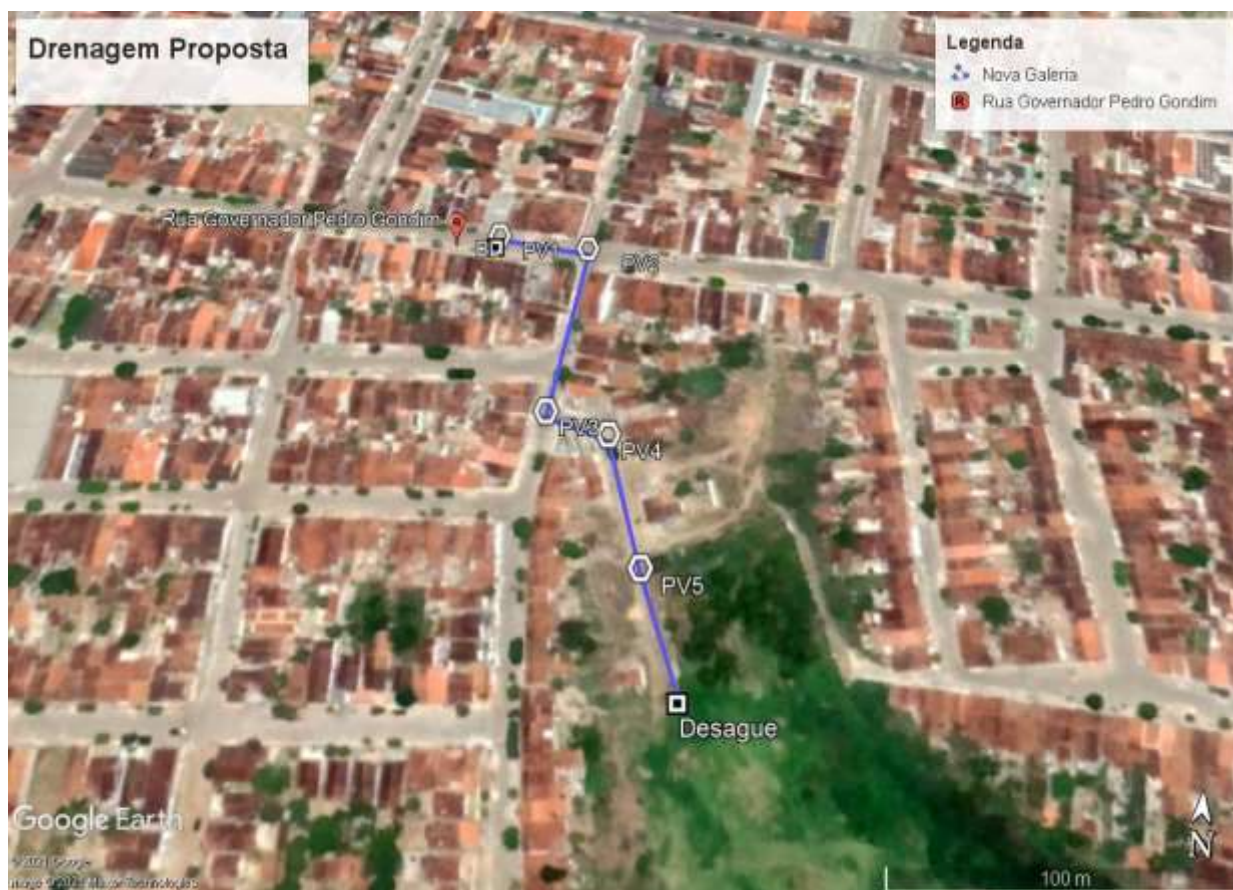


Figura 1: Localização da futura rede de drenagem urbana

3. VISTORIA INICIAL

A seguir são exibidas fotografias dos locais de intervenção.



Figura 2: Boca de lobo existente e que será ampliada



Figura 3: Rua do Olho d'água

A área a ser pavimentada é de 334,00 m² (trezentos e trinta e quatro metros quadrados), a área de pavimento a ser recuperada é de 119,61 m² (cento e dezenove vírgula sessenta e um metros quadrados) e a extensão da rede é de 229,23 m (duzentos e vinte e nove metros e vinte e três centímetros).

Nova Floresta/PB, 30 de agosto de 2021.

Responsável Técnico: Daniel Alcides de Lira Dantas
Eng. Civil – CREA. 161345027-3

 PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA/PB			
OBRA: CONSTRUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM URBANA NAS RUAS: GOVERNADOR PEDRO GONDIM, JOSÉ GARCIA E RUA DO OLHO D'ÁGUA E PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS DA RUA DO OLHO D'ÁGUA		COMPRIMENTO (m) =	229,23
DATA DE PREÇO: SINAPI (DEZ/2020 - NÃO DESONERADO - DATA DE REFERÊNCIA TÉCNICA 16/01/2021), DER (OUTUBRO A DEZEMBRO DE 2020)		C.U.B. (R\$/m) =	463,21
ENDEREÇO: RUA GOVERNADOR PEDRO GONDIM, RUA JOSÉ GARCIA E RUA VEREADOR SEBASTIÃO ARAÚJO, CENTRO E BAIRRO JOSÉ CÂNDIDO, NOVA FLORESTA-PB		ENC. SOCIAIS=	115,81%
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA/PB		B.D.I. =	20,70%

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANT.	CUSTO (R\$)	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
------	--------	-------	------------------------	-----	--------	-------------	-------------	-------------

I	CONSTRUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM URBANA DAS RUAS: GOVERNADOR PEDRO GONDIM, JOSÉ GARCIA, RUA DO OLHO D'ÁGUA E PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS DA RUA DO OLHO D'ÁGUA							
----------	---	--	--	--	--	--	--	--

1			MOVIMENTO DE TERRA					
1.1	02.900.03	DER PB	Demolição de pavimentação com paralelepípedos	m2	119,61	7,73	9,33	1.115,96
1.2	04.000.05	DER PB	Escavação manual material 1A categoria em galeria	m3	214,43	36,71	44,31	9.501,39
1.3	04.030.01	DER PB	Escavação mecânica de valeta em material 1A categoria	m3	210,75	8,86	10,69	2.252,92
1.4	93382	SINAPI	Reaterro manual de valas com compactação mecanizada	m3	361,29	21,54	26,00	9.393,54
					Subtotal			22.263,81
2			DRENAGEM					
2.1	04.999.26	DER PB	Poço de visita para tubulação de 0,40 a 0,80 m	unidade	4,00	1.153,39	1.392,14	5.568,56
2.2	CPU		Restauração e ampliação de boca de lobo existente (demolição de piso/ parede, execução de alvenaria, execução de piso de concreto com espessura de 10 cm e revestimento impermeabilizado de piso e paredes)	unidade	1,00	431,18	520,43	520,43
2.3	98114	SINAPI	Tampa circular para esgoto e drenagem, em ferro fundido, diâmetro interno=0,60 m	unidade	4,00	585,49	706,69	2.826,76
2.4	92212	SINAPI	Tubo de concreto para redes coletoras de águas pluviais, diâmetro de 600 mm, junta rígida, instalado em local com baixo nível de interferências - fornecimento e assentamento	m	229,23	168,57	203,46	46.639,14
2.5	73856/002	SINAPI	Boca para bueiro simples tubular, diâmetro=0,60m, em concreto ciclópico, incluindo formas, escavação, reaterro e materiais	unidade	1,00	1.160,43	1.400,64	1.400,64
					Subtotal			56.955,53

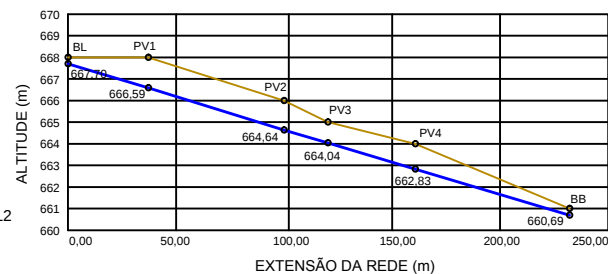
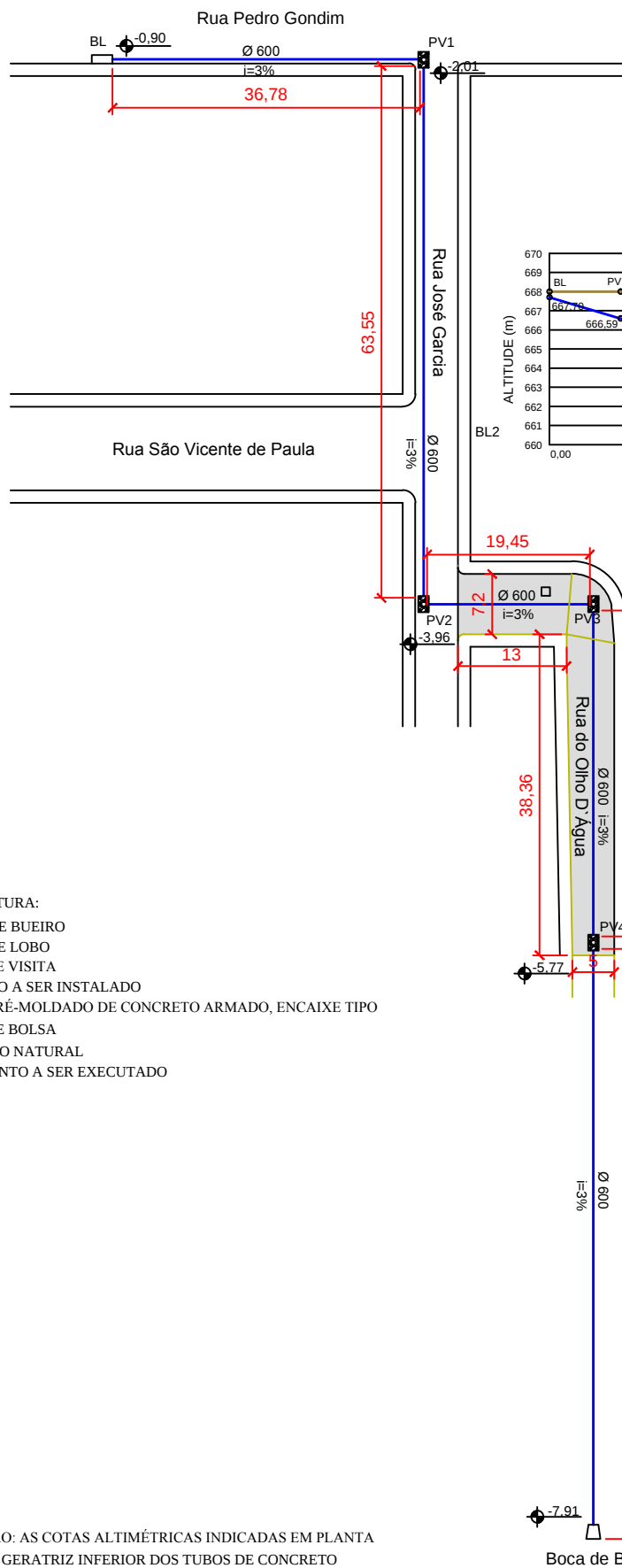
3			PAVIMENTAÇÃO					
3.1	06.201.00	DER PB	Placa indicativa da obra	m2	6,00	223,49	269,75	1.618,50
3.2	CPU		Remoção e reposição de meio-fio	m	62,36	9,21	11,12	693,44
3.3	04.910.02	DER PB	Fornecimento e aplicação de meio-fio em pedra granítica	m	74,82	13,32	16,08	1.203,11
3.4	02.702.00	DER PB	Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia)	m2	334,00	48,68	58,76	19.625,84
3.5	02.702.02	DER PB	Recuperação de pavimento em paralelepípedo com aproveitamento d/ pedra	m2	119,61	25,49	30,77	3.680,40
3.6	83693	SINAPI	Caiação em meio-fio	m²	34,30	3,38	4,08	139,94
					Subtotal			26.961,23

Valor da obra I com BDI								106.180,57
--------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	-------------------

Preços unitários referentes aos valores do SINAPI de dezembro de 2020 e composições a partir dos componentes do SINAPI de dezembro de 2020

Nova Floresta/ PB, segunda-feira, 30 de agosto de 2021

Responsável Técnico.: Daniel Alcides de Lira Dantas
Engenheiro Civil - CREA.: 161345027-3



01/01 PERFIL DE ELEVACÃO
SEM ESCALA

- NOMENCLATURA:
- BB - BOCA DE BUEIRO
 - BL - BOCA DE LOBO
 - PV - POÇO DE VISITA
 - MEIO-FIO A SER INSTALADO
 - TUBO PRÉ-MOLDADO DE CONCRETO ARMADO, ENCAIXE TIPO PONTA E BOLSA
 - TERRENO NATURAL
 - ▢ PAVIMENTO A SER EXECUTADO

OBSERVAÇÃO: AS COTAS ALTIMÉTRICAS INDICADAS EM PLANTA REFEREM-SE A GERATRIZ INFERIOR DOS TUBOS DE CONCRETO

02/01 PLANTA BAIXA
ESCALA: 1/800

PRANCHA
01/02

PROJETO: DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO OLHO D'ÁGUA
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA-PB
ENDEREÇO: ZONA URBANA, NOVA FLORESTA-PB

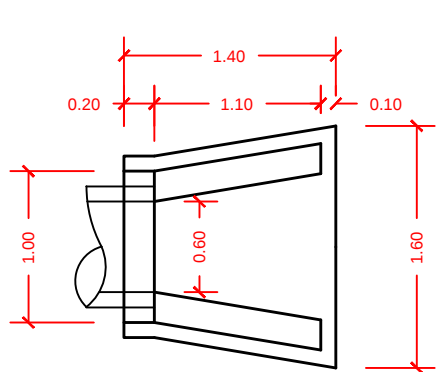
PREFEITURA MUNICIPAL DE
NOVA FLORESTA-PB

Data: 13/07/2021

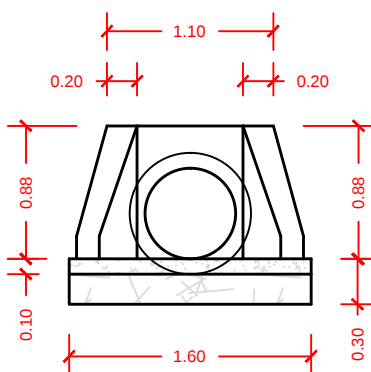
ESCALA
INDICADA

ÁREA DE PAVIMENTO (m²)
334,00

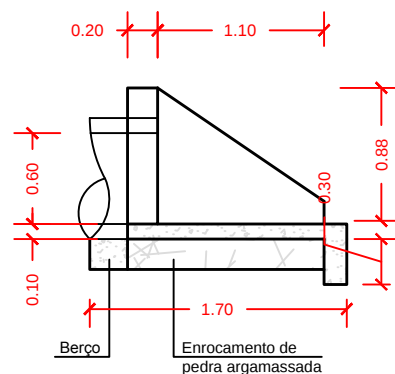
EXTENSÃO DA REDE (m)
234,25



PLANTA



ELEVÇÃO
FRONTAL

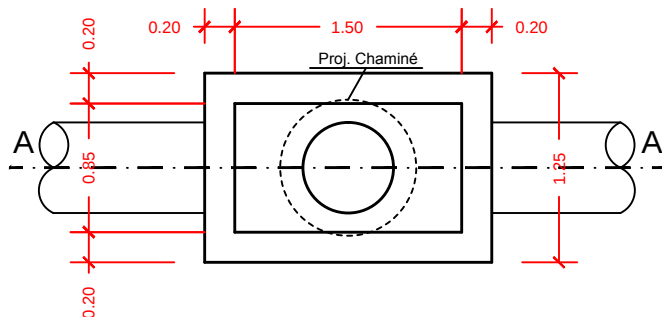


ELEVÇÃO
LATERAL

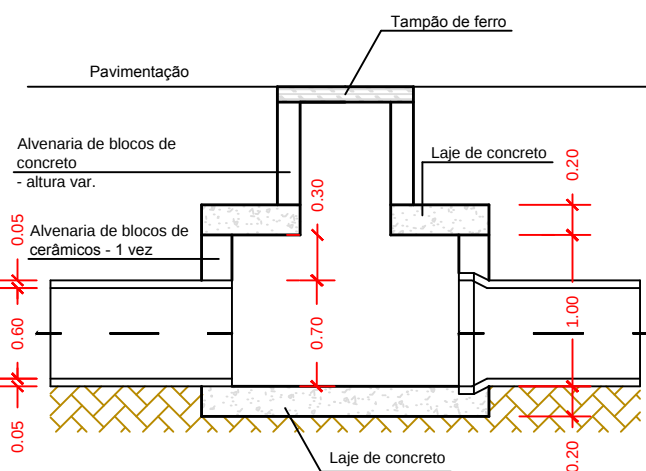
03/02

DETALHES - BOCA DE BUEIRO

ESCALA: 1/50



PLANTA

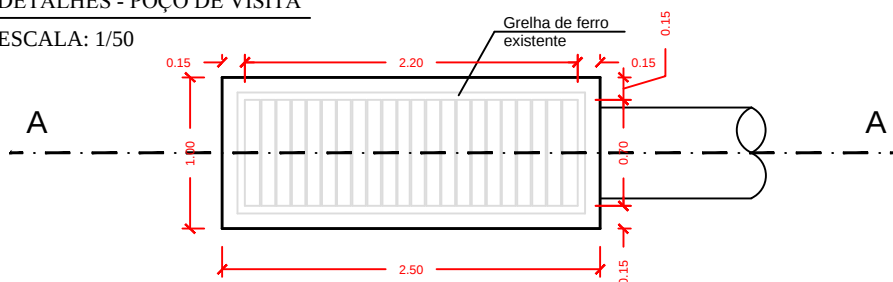


CORTE AA

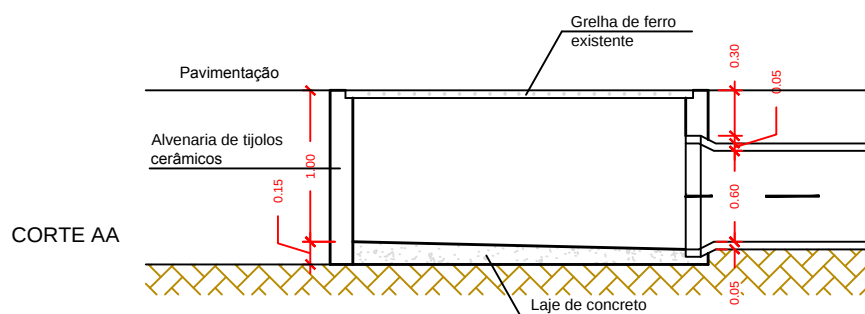
04/02

DETALHES - POÇO DE VISITA

ESCALA: 1/50



PLANTA



CORTE AA

05/02

DETALHES - BOCA DE LOBO

ESCALA: 1/50

PRANCHA
02/02

PROJETO: DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO OLHO D' ÁGUA
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA-PB
ENDEREÇO: ZONA URBANA, NOVA FLORESTA-PB

PREFEITURA MUNICIPAL DE
NOVA FLORESTA-PB

Data: 13/07/2021

ESCALA
INDICADA

ÁREA DE PAVIMENTO (m²)
334,00

EXTENSÃO DA REDE (m)
234,25